

Dilema da Dívida

As contas públicas registraram em setembro o melhor desempenho dos últimos nove anos. O resultado merece comemoração sobretudo pelo fato de que as receitas do governo federal, das estatais e dos estados e municípios superaram as despesas no conceito primário, que não contabiliza os juros nem a correção cambial da dívida interna.

Embora as metas de superávit primário acertadas com o Fundo Monetário Internacional já estejam asseguradas, o que transmite maior tranquilidade quanto à capacidade do governo em cumprir o acordo, alguns números da execução orçamentária de setembro sugerem que o esforço de saneamento das contas públicas precisa continuar.

Em primeiro lugar, as contas da Previdência Social continuaram deficitárias, acumulando um rombo de R\$ 5,8 bilhões de janeiro a setembro. Um aumento de pouco mais de R\$ 2,2 bilhões em relação ao déficit nos primeiros sete meses do ano passado. Sem a reforma da previdência social, que inclui a aplicação do fator previdenciário, não há possibilidade de solução para o déficit do INSS.

Pior é a situação da previdência dos servidores públicos. O déficit é quatro vezes superior ao do INSS e a tendência para o ano 2000 é de um aumento mínimo de 10% nas despesas com pessoal. Se o Congresso não aprovar a cobrança de contribuição previdenciária dos inativos e elevar a contribuição dos funcionários da ativa, o déficit vai crescer fortemente.

Tudo isso gera enorme preocupação no momento em que a dívida pública interna atinge R\$ 510 bilhões, o equivalente a 49,4% do PIB.

Só em setembro, os gastos com juros e amortizações da dívida incluídos na rolagem somaram R\$ 4,6 bilhões. Ou seja, quase 80% do rombo das contas do INSS de janeiro a setembro.

As quantias assumidas pela dívida pública, acionada para cobrir os déficits orçamentários e que se realimentou pelos aumentos inesperados das taxas de juros no esforço de defesa do real nos últimos três anos, são extremamente preocupantes. Se o dólar não ceder, o custo de um quarto da dívida, atrelada ao câmbio, pode fugir ao controle.

O pior, porém, é a ameaça de que o dólar alto impeça o recuo de alguns preços remarcados por conta das especulações estimuladas pela disparada do câmbio e pelos efeitos da prolongada estiagem sobre a quebra na produção de alimentos de grande peso na cesta básica e nos índices de inflação, como a carne, café, açúcar, álcool e feijão.

O governo está diante de um grande desafio: o de garantir a reconquista da credibilidade na política econômica, a partir do desempenho das contas públicas este ano. Para os sempre arredios e céticos analistas do mercado financeiro, o retrospecto conta, mas o mais importante é a capacidade do governo de vencer os desafios futuros.

A situação implica o combate em três frentes: no corpo-a-corpo com a inflação, mediante o recuo nos preços dos produtos que foram alvo de especulação e de erros do próprio governo; a queda persistente na cotação do dólar; e na aprovação de medidas fiscais de impacto no Congresso. Se o governo se sair bem nas três frentes, o ano 2000 será mais fácil. Sobretudo porque a queda dos juros pode ter continuidade.